PAZ SE APRENDE NO COLÉGIO: O CAPITALISMO, OS LIMITES DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E A MORTE DO SOCIAL[1]

GEY ESPINHEIRA*

"Batuque é um privilégio
Ninguém aprende samba no colégio
(…) O samba, na realidade, não vem do morro
Nem lá da cidade
E quem suportar uma paixão
Sentirá que o samba então
Nasce no coração"
Feitio de oração (Noel Rosa e Vadico)

1. PAZ: QUANDO UMA PALAVRA TRANSCENDE O QUE DENOMINA

A paz, como uma idéia, como uma concepção de modo de vida, é bem diferente da paz esperada para superar estados de angústia, de inquietações ou de condição de vítima de violência. A paz não é um antídoto contra o medo, mas a anulação do medo, da superação do estado de guerra, sobretudo da *guerra social*, conceito que diferencia a guerra ideológica ou a guerra de interesses economicamente motivados. Foi neste sentido que desenvolvemos em Quito (Equador), no dia 29 de julho de 2004, no âmbito do 1º Foro Social das Américas, a oficina "Paz, solo con Justicia Social", do Instituto

1. Esse texto é resultado de uma Oficina do Instituto de Estudo e Ação pela Paz com Justiça Social (Iapaz) apresentada no Vº Fórum Social Mundial (Porto Alegre, RS), em janeiro de 2005, tendo sido adaptado para publicação pela Equipe de Redação dos ***Cadernos do CEAS*** *com o consentimento do Autor.*

CEAS 218_miolo.p65 11 27.09.05, 14:32

de Estudo e Ação pela Paz com Justiça Social (Iapaz), mais particularmente a minha abordagem sobre "os enigmas da paz"[2].

As idéias culturais têm tido prevalência sobre as ideológicas nos últimos anos, como uma espécie de linha de fuga para a superestrutura das conseqüências do que é fermentado pelas relações de produção, tangenciando as bases causais dos fatos que aparecem como supostas realidades autônomas, ainda que elas tenham grande poder de responder ao que está subjacente, modificando-o em certa medida. A esse respeito, Gorz (2003: 57) nos adverte que

> *a racionalização das condutas individuais não é mais imposta pela "patrulha das idéias" ou pela propaganda, mas por uma manipulação suavemente insinuante que instrumentaliza os valores não econômicos às finalidades econômicas*

Como conceito absoluto, a paz nada significa, nada diz, mas engana, mascara, simula. Impregna discursos religiosos e torna-se meta do mundo transcendental prometido no final dos tempos. Como simulacro, ela parece ser uma virtude absoluta, uma metafísica do bem-estar, do bom-ser, do bom-gosto, do conviver. Por isso mesmo, a Paz é uma busca metafísica se não estiver acoplada a um projeto social bem explicitado. Eis o que propõe o *Big Brother* (Orwell, s.d.: 4):

Guerra é Paz
Liberdade é Escravidão
Ignorância é Potência

O controle das idéias, a fusão de opostos, encontro dos contrários em uma não-significação da realidade; o controle do tempo passado no tempo presente a forjar um tempo futuro, como uma promessa ao *"animal que faz promessa"*, o homem, como Nietzsche o define. E é precisamente no campo político que os regentes dos aparelhos de Estado são selecionados e se apresentam diante dos eleitores com as promessas específicas para *todos*, isto é, para cada uma das configurações sociais e dos grupos de interesses. São eles, anunciadores de competências, que dirigem a sociedade diante da massa passiva e alienada. Para Gorz (idem: 55),

2. Fundado em 15 de dezembro de 2003, o Iapaz participou do 1º Foro Social das Américas, realizado em Quito entre 25 e 30 de julho de 2004, tendo no dia 29 realizada a Oficina "Paz, solo con Justicia Social", com os palestrantes Álvaro Gomes, Graça Gomes, Adilson Araújo e Gey Espinheira.

CEAS 218_miolo.p65 12 27.09.05, 14:32

> *O candidato à gestão dos assuntos públicos não solicitará o mandato expondo — submetendo ao debate público — a concepção que tem da gestão e de suas finalidades políticas, mas demonstrando sua solicitude para com os interesses individuais e setoriais de eleitores que ele considera incapazes de se determinarem em função de questões de interesse geral, de questões da sociedade. O eleitor, dito de outro modo, será solicitado na qualidade de consumidor e de cliente por uma propaganda eleitoral que se assemelhará cada vez mais à publicidade comercial: ao mesmo tempo em que exibe sua competência nos negócios do Estado, o candidato deverá demonstrar, em sua vida privada e em seu comportamento público, que é um "próximo", isto é, que defenderá os interesses individuais, os mais particulares, contra eventuais usurpações públicas*

As desigualdades sociais no mundo da abundância, do consumismo e da propaganda comercial, em que o individualismo é elevado ao máximo, opera a cisão entre a vida privada e o coletivo humano. Numa brevíssima síntese, recorremos uma vez mais a Gorz (idem: 53) sobre as formas de ser e de estar no mundo contemporâneo, no imaginário da individualidade distinta da massa, protegida e refugiada para se sentir própria na diluição do ser no universo consumista da publicidade comercial, de um lado, e, de outro, da propaganda do Estado, a nos dizer quem *somos*, *nós*, o *interesse comum* frente ao interesse do indivíduo e da afirmação de sua distinção:

> *Esta publicidade, porém, só é persuasiva se for privada. Há, com efeito, uma diferença essencial entre a publicidade comercial e a propaganda. Esta última dirige-se a nós em nome do interesse geral, para nos persuadir que é o nosso próprio interesse conduzindo-nos conforme o interesse superior do Estado ou da nação. A propaganda pede, portanto, que adotemos uma conduta (por exemplo, não fumar, não beber, respeitar os limites de velocidade) que não coincide imediata e intuitivamente com o nosso interesse individual e a respeito da qual o Estado, depositário da Razão, deve nos convencer de sua necessidade e de suas vantagens. Ela pede, portanto, para caminharmos num sentido que não adotaríamos de espontânea vontade e nos designa como indivíduo coletivo que possui em comum com todos os outros indivíduos uma realidade abrangente — o interesse geral —, que, por comodismo, preguiça, egoísmo ou estupidez, recusamo-nos a perceber*

E prossegue o autor (ibidem):

CEAS 218_miolo.p65 13 27.09.05, 14:32

> *Ora, sabemos que os consumos compensatórios são propostos ao indivíduo privado como proteção e refúgio contra o universo coletivo. Incitam-no a retrair-se à esfera privada, a privilegiar a busca de vantagens "pessoais" e contribuem, assim, a desagregar as redes de solidariedade e de ajuda mútua, a coesão social e familiar, o sentimento de pertencimento. O indivíduo socializado pelo consumo não é mais um indivíduo socialmente integrado, mas um indivíduo levado a desejar "ser ele mesmo", distinguindo-se dos outros e que, canalizado socialmente ao consumo, aos outros só se assemelha pela recusa em assumir, por meio de uma ação comum, a condição comum*

Nesses dois campos, o do confronto de nacionalidade e o dos conflitos internos na vida cotidiana, para os movimentos sociais contemporâneos os *direitos* ocupam a centralidade das preocupações humanas, mesmo que ainda de forma difusa e confusa diante das formas e mecanismos institucionalizados de se fazer justiça, ou, no sentido negativo, de promover a impunidade. É evidente que a igualdade presumida pela cidadania — igual perante a lei — não é provável, seja diante da lei, seja entre os homens; resta o consolo da presunção de sermos iguais perante a Deus!

Atualmente, em cidades de todo mundo, multidões fazem procissões pela Paz; usam a simbologia do branco — da pureza — e das velas: oferendas. Acenam lenços, também brancos, e pedem a paz. Em outras, o protesto não adquire a forma ingênua e alienada da piedade e da expressão do sentimento de vítima, mas se manifesta como um "não", como o reconhecimento de que *este mundo* não satisfaz, mas amplia sua crueldade e multiplica as vítimas. "Um outro mundo é possível", corolário da negação das sociedades contemporâneas como negatividades que precisam ser transformadas. *Globalização*, *Primeiro Mundo* e *Terceiro Mundo* são construções ideológicas, como em relação a este último referiu-se Hannah Arendt (2001: 24): *"O Terceiro Mundo não é uma realidade, mas uma ideologia"*. Assim como a globalização não é uma abertura das fronteiras para as pessoas, mas para o capital financeiro, a "modernidade líquida" (Bauman, 2001) e o Primeiro Mundo são o eufemismo para *dominadores*/*exploradores*.

2. A NOVA CONFIGURAÇÃO PLANETÁRIA

Uma nova configuração planetária está em curso. Os ataques ao Afeganistão e, em seguida, ao Iraque, são uma indisfarçável continuidade da política imperialista dos séculos XIX e XX, como observou Borón (2004), analisan-

CEAS 218_miolo.p65 14 27.09.05, 14:32

do a "ruptura" vista por Hardt e Negri (2001). Outras tantas continuidades estão em curso, com nuanças, mas segmentos que não foram corroídos pelo processo pós-moderno. Há que se falar em ruptura, ainda que com a devida cautela, para não *comprar* a ideologia neoliberal como se fosse uma nova forma de democracia baseada no multiculturalismo, como nos alertam Jacoby (1999: 53) e Hall (2003: 52), ocultando o que verdadeiramente vem reproduzindo as desigualdades sociais, os preconceitos e a exclusão social. De modo contundente, Jacoby relaciona o multiculturalismo à apatia política ou, mais precisamente, ao esgotamento da utopia:

> *O multiculturalismo também preenche um enorme vazio intelectual. Privados de um idioma radical, destituídos de uma esperança utópica, os liberais e esquerdistas recuam em nome do progresso para celebrar a diversidade. Com poucas idéias sobre a maneira de como deveria ser moldado o futuro, abraçam todas as idéias. O pluralismo transforma-se na tábua de salvação, no alfa e no ômega do pensamento político. Vestido de multiculturalismo, tornou-se o ópio dos intelectuais desiludidos, a ideologia de uma era sem ideologia*

Por seu lado, Hall (idem: 53) aponta a diversidade das perspectivas multiculturalistas, fazendo a distinção entre *multicultural* e *multicuturalismo*, como segue:

> *Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade "original". Em contrapartida, o termo "multiculturalismo" é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais*

Uma tolerância, condescendente e *aquietante*, parece recompensar os que lutam pelo reconhecimento das diferenças para terem o "direito à diferença". O mundo parece se abrir e dar lugar aos negros, aos índios, às mulheres, aos estrangeiros, aos homossexuais e por aí vai; quando, de fato, cerca esses lugares das muralhas — por vezes nem tão sutis — do "politicamente correto". Hall (ibidem) vai classificar as tendências ideológicas dos multiculturalismos, referindo-se ao *conservador*, que propõe *"a assimilação da diferença às tradições e costumes da maioria"*, o *liberal*, que *"busca integrar os diferentes grupos culturais o mais rápido possível ao mainstream, ou sociedade majoritária, baseado em uma cidadania individual universal"*, o

CEAS 218_miolo.p65 15 27.09.05, 14:32

pluralista, que *"concede direitos de grupos distintos a diferentes comunidades dentro de uma ordem política comunitária ou mais comunal"*, o *comercial*, em que as diferenças seriam solucionadas pela capacidade privada de consumo etc. O multiculturalismo *crítico* ou "*revolucionário"*, que o autor destaca entre aspas, *"enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência"*.

Numa outra vertente, Holloway (2003: 89) enfatiza a idéia de que certas abordagens das lutas sociais contemporâneas se distanciam da perspectiva da luta de classes e se apresentam como "lutas não-classistas", lembrando da importância de temas como gênero ou meio ambiente, que se complementam com a abordagem das lutas multiculturais, notadamente as de caráter étnico. O conceito de luta não-classista, diz ele, *"vem acompanhado seja pela idéia de que a importância da luta de classes está diminuindo, seja pela de que, apesar de tudo, o conflito fundamental entre capital e trabalho ainda continua sendo a forma mais importante de conflito"*.

O mundo do neoliberalismo é dissimulado. Converte em cultura o que é econômico e transforma a economia em tecnologia na forma dos produtos — o feito; e na forma do fazer; naturalizando as conseqüências das formas tecnológicas em relação ao trabalho, ou, melhor dizendo, ao não-trabalho para os desempregados e os não-empregados. Na análise marxiana de Holloway (idem: 57), *"o sujeito é o valor. O sujeito é o capital, o valor acumulado (…); eles são capitalistas só na medida em que são serventes fiéis do capital"*. Esta perda de posição humana para o Valor é também a perda das relações humanas que se reduzem a relações entre coisas, mediação absoluta do dinheiro, este sim, o sujeito de toda a vida social e o sentido da existência no mundo capitalista.

A globalização neoliberal instituiu a incerteza e o medo como forma de ser de milhões de pessoas. Medo e insegurança são substâncias ótimas para a desestabilização social, para a apatia, mas também para a violência consentida. Não há nenhuma possibilidade de se alcançar uma condição de paz social quando as pessoas estão competindo pelo imediato, ombro a ombro, face a face; enquanto outros que detêm o poder o exercem contra todos em nome do capital, da acumulação do valor e a ele se subordinam de tal modo que seu sentido está nele, sua razão de viver, mas também sua forma de agir em todas as dimensões da existência, inclusive a do amor.

A luta pela paz é uma luta contra o capitalismo, por um outro mundo possível negando toda a afirmação do caminho inelutável do neoliberalismo.

CEAS 218_miolo.p65 16 27.09.05, 14:32

Pensar que um "outro mundo é possível" seja, no dizer de Holloway (idem: 15), uma ação que brota da indignação diante *"da situação negativa em que existimos não nos deixa alternativa: viver, pensar, é negar de qualquer maneira que podemos a negatividade de nossa existência"*. Negar é querer algo diferente. É preciso ir além da recusa e da renúncia, eis o problema a ser debatido quando falamos em "paz só com justiça social". Como nos diz Salman Rushdie, *"nomear o inominável, apontar as fraudes, tomar partido, desertar discussões, dar forma ao mundo e impedir que adormeça"*.

A palavra Justiça por vezes se apresenta como se nos dissesse o que nomeia; não nomeia coisa e sim uma abstração. Mas a justiça é passível de ser percebida como uma solução para conflitos através de uma diversidade de mediações, inclusive a moral, em que se destaca o reconhecimento da legitimidade. As leis não são justas por serem legais, assim como a legalidade não é justa por si mesma. A legitimidade é historicamente situada e varia numa grande diversidade de situações. A busca da legitimidade sustenta a idéia de justiça e esta a de legitimidade, como nos fez ver Max Weber, referindo-se às formas de poder/governo.

O mundo contemporâneo joga com a idéia de legitimidade, apoiando-se em conceitos vagos, a exemplo do terrorismo, sobretudo na unilateralidade dos Estados Unidos e das nações que lhes são subservientes, porta-vozes do Ocidente. É terrorista o que está "do outro lado"; os que são *outsiders* em termos culturais: não-ocidentais, situados numa região rica em petróleo e numa posição crucial na estratégia geopolítica de dominação espacial do planeta. Os Estados Unidos têm praticado o terrorismo de Estado e atualmente o executam de uma forma assombrosa, ameaçando o mundo e seu próprio povo. Vale recorrer à declaração de Francis Fukuyama (2004: 5) em sua crítica a Hardt e Negri:

> *O que enlouqueceu as pessoas ao redor do mundo na abordagem unilateral do governo Bush à guerra do Iraque foi sua afirmação de que não teria de responder a ninguém senão aos eleitores norte-americanos pelo que faz em partes distantes do globo. E, já que as instituições como as Nações Unidas estão despreparadas para lidar com a legitimidade democrática, esse déficit de democracia é um desafio real e constante em nível internacional*

O mundo contemporâneo é herdeiro de um saldo de mais de cem milhões de mortos no século XX. O século XXI iniciou-se comandado pelos Cavaleiros do Apocalipse: a Peste, a Guerra, a Fome e a Morte. Só tomando a

CEAS 218_miolo.p65 17 27.09.05, 14:32

representação da AIDS, a peste já contaminou mais de 53 milhões de pessoas; a guerra matou mais que a peste, segundo o livro dos mortos do século XX, de Gil Elliot (cf. Jacoby, 1999: 220); outras lutas nacionais e tribais consomem mais alguns milhões nas mortes homeopáticas do dia a dia nos genocídios africanos e asiáticos. A guerra e a fome se associam e produzem o mundo brutal e cruel, agora acrescido da cruzada antiterrorista do Ocidente, como outrora outra cruzada, também ocidental, foi incentivada, sempre em busca da riqueza a ser apropriada pelos invasores, mas, também, sempre escudada moralmente: no passado, o Santo Graal, a libertação de Jerusalém; agora, a *democracia*, uma luta contra os regimes opressivos do Oriente Médio, mais especificamente do Iraque, mas estendendo-se ao "Eixo-do-Mal", que inclui também a Coréia do Norte e o inimigo sem fronteiras, a Al Qaeda, visualizada na figura erradia, misteriosa e já agora sem nacionalidade de Osama Bin Laden.

O "choque de civilizações" e a guerra preventiva são justificativas teóricas para o expansionismo norte-americano em sua forma invasiva de "*build nation*", expressão que coloca os Estados Unidos no cenário internacional como um país que cumpre o papel histórico a que se autodestinou de construtor de nações, tutor da democracia mundial. Foi assim que Negri, em entrevista a um jornal de Buenos Aires, justificou a política norte-americana no Iraque e a derrubada da ditadura sanguinária de Saddam Hussein. Vale ressaltar, como o fez Borón, a biografia e a seriedade intelectual do filósofo italiano, mas, talvez por excesso de confiança, tenha ele preferido a primazia de sua teoria em parceria com Hardt (2001: 13), segundo a qual o século XXI não será de nenhuma nação hegemônica, como fora o século XIX da Grã-Bretanha e o século XX dos Estados Unidos. Não vê, portanto, a incursão norte-americana como uma ação imperialista, mas de restauração de uma nação com a destituição do tirano que a governava e que estaria a produzir armas de destruição em massa.

Todavia, os acontecimentos que inauguram o século XXI não concordam com a teoria dos autores de **Império**, ou, pelo menos para a realidade, o século talvez não tenha ainda começado. A afirmativa bombástica dos autores de **Império** parece mais traduzir uma vontade, um desejo desejado do que uma realidade de fato: *"o imperialismo acabou. Nenhum país ocupará a posição de liderança mundial que as avançadas nações européias um dia ocuparam"* (2001: 14). Esta conclusão é precedida de outra hipótese não menos provocante: *"Os Estados Unidos não são, e nenhum outro Estado-Nação poderia ser, o centro de um novo projeto imperialista"* (ibidem).

CEAS 218_miolo.p65 18 27.09.05, 14:32

A condição concreta do mundo real não pode ser traduzida em datas, muito menos quando carregadas de esperanças de que o novo século e o novo milênio, por si sós, resolvam o que a história não solucionou: a emancipação dos povos, a liberdade das nações, o reconhecimento da autonomia dos povos, o fim do capitalismo. O novo século e o novo milênio, que se afiguram mágicos, não mudam a realidade dos fatos, do curso da história. A história recente, assim como a do passado, é a história da guerra ou das guerras. A guerra como um fenômeno humano, que nos coloca diante do drama humano que pode ser sintetizado na situação em que, *"entre o homem e a humanidade, a história interpôs esta terrível realidade que é a nação"* (Théodore Ruyssen, apud Castillo, 2001: 58).

A identidade nacional e o sentimento de pertença marcam a diferença entre os povos, entre as nações, origem e sustentabilidade dos preconceitos e estigmas que fazem do outro o nosso adversário e o nosso inimigo. Vamos analisar, aqui, no sentido micro das relações, esses mecanismos que nos diferenciam e nos igualam, mas que nos separam por valores incorporados que nos tornam melhores que os outros e, por isso, nos "autorizam" a expressar nossa superioridade e "legitimamente" escravizá-los, mesmo que simbolicamente; ou, em outros termos, por nos sentirmos inferiores, acionarmos mecanismos de *vitimização* dos superiores indesejáveis, a nossa insuportável alteridade. A vingança, então, assume o lugar do preconceito e do estigma e concretiza-se como exclusão absoluta do outro, como ocorreu contra os judeus em vários períodos históricos, particularmente durante a Segunda Guerra Mundial, com o Holocausto.

O debate eleitoral nos Estados Unidos em 2004 levou os dois principais candidatos a fazerem reiteradas afirmativas do "direito" dos Estados Unidos intervirem em qualquer nação, de modo unilateral, desde que o governo norte-americano se sinta ameaçado. Para além dos políticos e militares do governo, não faltam intelectuais da direita produzindo teorias justificadoras da intervenção norte-americana no resto do mundo, onde quer que seja, a exemplo de Fukuyama, com o seu "final da história", e Samuel Huntington, com o seu "choque de civilizações". Para este último, em livro homônimo publicado em 1993, é a cultura e não a política ou a economia que vai dominar o mundo. O grande confronto está entre o Ocidente e o resto do mundo. Vejamos o que diz ele de um encontro na Itália, em 2003, com Anthony Giddens:

> *Por fim, eu diria ainda que, para os EUA e outras potências ocidentais, é absolutamente essencial dispor de uma estratégia na qual es-*

CEAS 218_miolo.p65 19 27.09.05, 14:32

> *teja inscrita a possibilidade de promover guerras preventivas contra ameaças urgentes, imediatas e sérias. Contra nossos inimigos — basicamente o islamismo militante, mas também outros grupos — não há como adotar medidas de contenção; pelo menos isso já está claro. Portanto, é fundamental que — se eles estiverem preparando um ataque contra nós — possamos atacá-los primeiro (Huntington, 2004: 8)*

A forma de pensar de Huntington, identificado por Tariq Ali (2001: 18) como *expert* em contra-insurreição da administração Lyndon Johnson (1963-1968) no Vietnam e posteriormente diretor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade de Harvard (EUA), está enraizado no pensamento norte-americano que extrapola a Doutrina Monroe, como assinala Hardt e Negri (2001: 196): *"Os Estados Unidos assumiram o papel de protetor de todas as nações das Américas contra agressões européias, um papel que se tornaria finalmente explícito com o corolário de Theodore Roosevelt à doutrina, invocando para os Estados Unidos 'um poder de polícia internacional'"*.

Em nome da "América para os americanos", os Estados Unidos patrocinaram os regimes de exceção, sustentando as ditaduras que se seguiram a derrubadas de presidentes democraticamente eleitos, tal como ocorreu em todas as Américas nos anos 1960 a 1980, incluindo a longa ditadura militar brasileira, assim como a sintomática morte do presidente Salvador Allende, do Chile, em 1973, e a tentativa de tirar do governo da Venezuela o presidente Hugo Chávez, inicialmente por meio de golpe militar e, em seguida, através do plebiscito de 15 de agosto de 2004, que terminou por lhe garantir o mandato com expressiva proporção de votos favoráveis a sua permanência no poder. Para além do continente, os Estados Unidos se arvoraram o poder de polícia em todo o mundo, assumindo o papel de protetor da democracia no planeta, só que de uma democracia exclusiva para as empresas transnacionais, prioritariamente as norte-americanas.

O Vietnam foi um exemplo histórico da recusa ao protetorado norte-americano, a invasão do Iraque, logo após a do Afeganistão, demonstrou a avidez dos Estados Unidos em ter o mundo sob o seu controle através do uso da força, da monumental capacidade bélica que se espalha pelo mundo na constituição de bases militares em centenas de países, sendo dezessete delas somente na América Latina. O controle planetário não se faz tão somente através de satélites, mas também fisicamente, com a presença de tropas norte-americanas em todos os continentes, cada vez mais ampliada em nome da segurança do mundo contra o terrorismo internacional.

CEAS 218_miolo.p65 20 27.09.05, 14:32

3. *TERRORISMO* E *TERRORISMO DE ESTADO*

Recorrendo novamente a Huntington (2004), podemos ver o alcance do patrulhamento norte-americano ao identificar os muçulmanos como inimigos reais e imediatos. Não apenas nações geograficamente descritas, mas todo um sistema de crença, de filosofia de vida de milhões de pessoas espalhadas no mundo, um *inimigo difuso* que pode estar em qualquer lugar. Diz o estrategista governamental:

> *É assustador o grau de participação de muçulmanos em episódios de violência social no mundo atual: em 2000, a revista* ***The Economist*** *identificou 32 grandes conflitos em andamento no mundo, sendo que dois terços deles envolviam muçulmanos combatendo muçulmanos ou muçulmanos combatendo não-muçulmanos. Por essa razão, parece-me altamente prioritário que europeus e norte-americanos reconheçam o que têm em comum e tentem elaborar uma estratégia para lidar de forma compartilhada com a ameaça que o islamismo militante representa para suas sociedades e para a sua segurança*

O deslocamento da ênfase dos conflitos da economia para o campo cultural implica na criação de uma ideologia de *guerra justa* que se dissemina a partir da idéia de ameaça externa de um inimigo criado pelos Estados Unidos em sua estratégia intervencionista, apoiando-se sempre em grupos conservadores e ultraconservadores nos países sob intervenção direta ou indireta pelos serviços de inteligência norte-americanos. A ironia da historia foi o próprio Bin Laden, um típico produto norte-americano de espionagem e ação terrorista tornado inimigo número um com os atentados de 11 de setembro de 2001. A manipulação de informações sobre presumíveis ataques terroristas aos Estados Unidos, com as respectivas denúncias da fragilidade dessas informações por especialistas nacionais e estrangeiros, demonstra o quanto o governo daquele país joga — o termo preciso é este — com o destino do planeta, ou, pelo menos, com o de milhões de pessoas, para angariar prestígio e poder no jogo político norte-americano, diante de uma população desinformada e politicamente apática. Noam Chomsky (2004: 3) fala da doutrina Bush:

> *"Liberar o mundo do mal e do terrorismo", "declarar a guerra ao terrorismo", após 11 de setembro 2001, afirma essa doutrina, "é também declarar a guerra contra todo o Estado que dá refúgio a terroristas. Pois um Estado que acolhe em seu território terrorista é, ele mesmo, um Estado terrorista e deve, então, ser tratado como tal". Em*

CEAS 218_miolo.p65 21 27.09.05, 14:32

> *nome dessa doutrina, o senhor Bush fez a guerra contra o Afeganistão em 2001 e ao Iraque em 2002. E ele ameaça outros países, como a Síria. Pode-se, portanto, se perguntar se Bush é verdadeiramente coerente, porque há outros Estados que acolhem terroristas, que os protegem e que não são bombardeados ou invadidos. A começar por… os Estados Unidos, eles próprios!*

Chomsky fecha seu artigo com a observação de que os terroristas não têm a mesma natureza. Os que servem aos interesses dos Estados Unidos não são qualificados do termo vil de terroristas. Eles são "combatentes da liberdade", *"como outrora as mídias qualificavam Oussama Ben Laden, ele próprio, quando aterrorizava os soviéticos por conta de Washington"* (idem: 4).

Diante da escalada terrorista que tem como ícone as Torres Gêmeas, e dos outros atentados em muitos países, especialmente o 11 de março de 2004 da Espanha e o massacre de Beslan, na Rússia, em agosto de 2004, uma nova configuração de conflitos internacionais emerge de forma assustadora. O inimigo difuso, contra o qual a *guerra* não faz sentido. Indagado por Giovanna Borradori se o ataque de 11 de setembro foi uma declaração de guerra, o filósofo Jürgen Habermas (2004: 17) assim respondeu:

> *Mesmo se a palavra guerra é menos sujeita a desentendimentos e, de um ponto de vista moral, menos sujeita a contestação que o discurso evocando a cruzada, a decisão de Bush de apelar a uma "guerra contra o terrorismo", parece-me um pesado erro, tanto do ponto de vista normativo como do ponto de vista pragmático. Do ponto de vista normativo, com efeito, ele eleva esses criminosos ao nível de guerreiros inimigos e, do ponto de vista pragmático, é impossível fazer a guerra — se é que se deve atribuir a este termo algum sentido definido — a uma "rede" que tem todas as dificuldades do mundo de ser identificada*

Impotente diante de ataques-surpresa, de atos que ultrapassam expectativas de crueldades, a sociedade norte-americana se vê mergulhada na paranóia antiterrorista e no fato consumado do país entrar em mais uma guerra exibindo todo o seu poderio militar, a sofisticação tecnológica a serviço da guerra e ser contestado por outra "tecnologia", a do guerreiro suicida, corpo-bomba, ataque sem estratégia de fuga. Para muitos, puro fanatismo; para outros, heroísmo desmedido, altruísmo e coragem. A imagem construída no Ocidente é a do fundamentalismo religioso de uma outra gente, de uma outra civilização que deve ser vista como barbárie. Recorremos novamente a Habermas (idem: 4):

CEAS 218_miolo.p65 22 27.09.05, 14:33

> *É necessário ao menos contrabalançar as conseqüências mais destrutivas — eu penso em relação ao aviltamento e ao empobrecimento aos quais são submetidos regiões e continentes inteiros — à disparidade impulsionada pela dinâmica do desenvolvimento econômico. O que está por trás disso não é somente a relação com outras culturas, mas a discriminação, a humilhação e a degradação. Por trás do tema "choque de civilizações", o que se esconde são os interesses materiais manifestos do Ocidente (por exemplo, o de continuar a dispor dos recursos petrolíferos e garantir seu abastecimento energético)*

O Ocidente se impõe ao mundo como a imagem idealizada de como deve ser o mundo, mas ao mesmo tempo propõe a questão do "pós-Ocidente". Para o historiador inglês Timothy Garton Ash, os antigos limites do Ocidente demarcados pelo Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foram ultrapassados: *"Esse Ocidente-OTAN", contra a ameaça do Exército Vermelho, não existe mais, não pode ser restabelecido. Denomino de Pós-Ocidente a comunidade das nações liberais que emerge dessa crise e que abriga hoje mais da metade da humanidade"*. Sente-se nessa declaração o que, de fato, significa o Ocidente. Sistema político democrático, uma ampliação mundial do que o Ocidente construiu como cultura e como regime político. Eis, subjacente, o "choque de civilizações" e as ameaças que propõe para os *outsiders*.

Diferentemente do mundo ocidental, cuja apatia política tem sido a tônica, inclusive responsável pela escalada de posições políticas de direita em muitos países europeus e nos Estados Unidos, povos inteiros combatem pela independência e para garantir a soberania de seus territórios e a vigência de suas culturas, a exemplo dos palestinos, dos iraquianos, dos afegãos, dos tchetchenos e de tantos outros no continente africano, mas também na diversidade cultural da América Latina, cujo exemplo recente de Chiapas (México) é sintomático.

Nos Estados Unidos, a preocupação com a vida pública e a política não parece seduzir a maioria de seus habitantes. Diante da idéia de se fazer um "júri de políticas" em que os cidadãos comuns seriam incumbidos de buscar soluções para problemas complicados, diz Jacoby (1999: 37): *"Não fica claro por que os norte-americanos entediados, que mal se dão ao trabalho de votar ou ler jornais, haveriam de destinar uma semana de suas vidas para ouvir ladainhas de especialistas sobre planos nacionais de saúde ou reforma fiscal"*.

CEAS 218_miolo.p65 23 27.09.05, 14:33

A apatia política vai mais longe e alcança todas as nações ocidentais, e isso porque a via política não parece oferecer mais nenhum sonho, apenas repetição e conversão da esquerda quando chega ao poder no liberalismo. Vale o comentário irônico e preciso de Jacoby (idem: 39): *"nos bons tempos, os esquerdistas e radicais falavam de libertação do trabalho ou de sua abolição. Hoje, fala-se de emprego e recapacitação da força de trabalho"* . Emprego é a principal meta dos governos de esquerda. Trabalho é a essência da vida. Referindo-se aos gregos da Grécia clássica, Jean-Pierre Vernant toma a fórmula de Marx *"do reinado da necessidade"* — no qual somos conduzidos pelas coisas — para o *"reinado da liberdade"* — no qual é o homem quem determina essa necessidade: *"Eu acreditei nessa idéia. Hoje, não acredito mais"* (2004: 10). Vernant não está sozinho. "A era do vazio" tocou a muita gente, milhões de pessoas em todo o mundo, constituindo uma era de desencantamento político, como nos fala Lipovestky (1989: 7):

> *O nosso tempo só logrou evacuar a escatologia revolucionária, levando a cabo uma revolução permanente do cotidiano e do próprio indivíduo: privatização alargada, erosão das identidades sociais, desafecção ideológica e política, desestabilização acelerada das personalidades, eis-nos vivendo uma segunda revolução individualista*

No curso da história nada permanece imutável, nada continua por muito tempo, o liberalismo esgotou a paciência daqueles que, nos primeiros momentos, pensaram viver o sonho da globalização e logo perceberam o quanto o chão em que pisavam era pura areia movediça a puxar para baixo os que se acreditavam sólidos e repletos de certezas. A revolução permanente do cotidiano está atrelada ao mercado, à produção do ser pelo consumo de bens materiais e simbólicos, da escalada do trabalho imaterial e da precarização das relações produtivas. Incerteza, medo e humilhação foram os pesados tributos do neoliberalismo a minimizar o Estado, a fortalecer as transnacionais, a fraquejar o trabalhador e frustrar as perspectivas dos jovens que se despediam da adolescência. Novas expressões de movimentos sociais emergiram, alguns movimentando milhares de pessoas, ao mesmo tempo e em diferentes lugares milhões de pessoas partilharam um mesmo sentimento e fizeram um mesmo gesto. Tem lugar um fenômeno novo, o dos movimentos de multidão[3] .

3. Na utopia de ***Império*** *Hardt e Negri (2001) já anunciavam essa nova possibilidade de organização planetária, mas é em* ***Multitude*** *(2004) que os mesmos autores vão às últimas conseqüências com a idéia da "biopolítica", fazendo uma distinção entre conceitos que*

CEAS 218_miolo.p65 24 27.09.05, 14:33

4. FORMA, MOLDE E FORMATAÇÃO

Há muito que falamos de coisas fragmentadas quando nos referimos a processos de formação do ser humano ou, mais precisamente, quando abordamos a educação. Quando deslocamos o ser humano do Planeta, quando o tratamos com a perspectiva da razão instrumental, quando falamos do ser como um *ser-para*, uma *dis-posição*, uma funcionalidade, nós deixamos de lado a grandeza do ser humano, suas possibilidades de integração e de compromissos com a própria realização de si mesmo como ser central da humanidade. Gorz (2003: 53) aborda a mutação cultural operada, referindo-se às metamorfoses do trabalho e do trabalhador, com implicações para a sociedade como um todo:

> *O dinheiro ganho permite uma forma de satisfação mais importante que a perda de liberdade que implica o trabalho funcional. O salário torna-se o fim essencial da atividade, a tal ponto que passa a ser inaceitável uma atividade que não receba em troca uma compensação monetária. O dinheiro suplanta os outros valores para tornar-se a única medida dessas atividades*

A "socialização asocial" é conseqüência (e, ao mesmo tempo, causa) da cisão entre a sociedade e o Estado. A exigência de garantias do Estado para as compensações sociais leva à concepção de direitos, mas, ao mesmo tempo, o Estado não é mais — se é que assim foi algum dia — a mega-estrutura protetora da população. Com sua contundência analítica, Gorz (ibidem) desvela a questão:

> *O desenvolvimento do trabalho funcional exige, para continuar a ser eficaz, o desenvolvimento dos consumos compensatórios, o qual acelera o desenvolvimento do trabalho funcional e faz surgir novas necessidades compensatórias que, em parte, só podem ser garantidas pelo Estado. Quando o Estado delas se encarrega, isto favorece o desen-*

---

denotam agrupamento humano: para eles, povo tem sido tradicionalmente visto como uma concepção unitária, enquanto a população é caracterizada por todas as espécies de diferenças, ainda que o povo reduza tais diferenças numa singularidade, uma simples identidade. A multitude (multidão), ao contrário, é composta de inumeráveis diferenças internas (de culturas, raças, etnicidades, gêneros, orientações sexuais, formas de trabalho, modos de vida, visões de mundo e desejos) que jamais podem ser reduzidas a uma identidade unitária, posto que "é a multiplicidade de todas essas singularidades" (2004: XIV). Distinguindo-se igualmente das massas (cuja essência é a indiferença) e das classes sociais (que separam não apenas os proprietários dos trabalhadores mas estes em diversas categorias), "a multitude, em contraste, é um conceito inclusivo, (…) composta potencialmente de todas as diversas figuras da produção social" (idem: XV).

CEAS 218_miolo.p65 25 27.09.05, 14:33

> *volvimento do trabalho funcional e dos consumos compensatórios, acelera o desaparecimento das redes de solidariedade e provoca ainda mais uma demanda crescente de assistência, ao mesmo tempo uma dependência e uma relação clientelista com o Estado. A cisão acentua-se entre vida social e vida pública, entre interesses individuais tematizados pela socialização asocial e o interesse geral, entre os temas eleitorais e os constrangimentos sistêmicos, provocando uma extensão contínua das esferas de competência da administração pública e dos poderes regulamentares do Estado, ao passo que as instituições parlamentares transformam-se num teatro de sombras*

As relações de produção são as que nos constroem como de fatos somos. Quando exercemos a negação, sentimos então as forças que nos constrangem agir mais diretamente através das múltiplas expressões que assumem, da chantagem moral à coação mais ostensiva. A negação se opõe ao *amém*, à concordância, à globalização em sua feição ideológica de *estar-no-tempo*, *estar-por-dentro*, fazer parte da história, ser protagonista dela. A ideologia neoliberal pressupõe uma *atualização*, um estar *presente* no calor da hora para não ser visto como anacrônico, como aquele que perdeu o bonde da história. A perspectiva crítica foi largamente posta de lado, mesmo entre aqueles que se mobilizam em busca de um mundo melhor e que afirmam com convicção a sua possibilidade.

Entre o querer e o fazer há uma grande distância e um abismo a ser saltado. Sem alterar as relações de produção pouco se pode mudar, pois são elas que reproduzem as relações sociais e que fazem ser como são os atores e os agentes sociais em suas relações. São mercadorias, coisas; são a medida de seus valores, intercambiáveis pela medida de valor absoluto: o dinheiro. Coisa com coisa, coisas em relação a coisas. Uma estrutura urdida com estratégias sutis, mas, às vezes, de uma monstruosa exibição de força bruta, para depois suavizar-se numa outra realidade, como uma outra época ou era, a exemplo da *pós-modernidade* envolvente. Para Holloway (2003: 85ss),

> *o fetichismo é o problema teórico central que enfrenta qualquer teoria da revolução. (…) O conceito de fetichismo é melhor que qualquer teoria da "ideologia" ou da "hegemonia". Provê, deste modo, as bases para uma resposta à antiga pergunta: "Por que as pessoas aceitam a miséria, a violência e a exploração do capitalismo?"*

A magia capitalista dissimula, camufla e dissolve as pessoas em coisas nas relações com coisas. Holloway (ibidem) argumenta que

CEAS 218_miolo.p65 26 27.09.05, 14:33

> *o ponto de partida é a separação do fazer e do feito. Isso implica uma separação antagônica entre os fazedores e os que se apropriam do feito. Os que se apropriam do feito (os donos do capital) utilizam seu controle do feito, que são os meios de fazer, para conseguir que os fazedores trabalhem para eles a fim de incrementar o feito do qual se apropriam. Os capitalistas, em outras palavras, exploram os trabalhadores: pagam-lhes o que necessitam para sobreviver (o valor de sua força de trabalho) e se apropriam do valor excedente que produzem (a mais-valia). A separação entre o fazer e o feito envolve uma análise dual de classe, um antagonismo entre o capital e a classe trabalhadora. Isso é de importância fundamental*

As relações são envolventes e não se pode estar aquém ou além delas. Somos o produto dessas relações e estamos nelas como quem está no olho do furacão, não como um espectador externo e intocado pelo que se movimenta. É neste plano que encontramos todas as dificuldades de visualização de nós mesmos no processo social em curso e no das transformações que desejamos desencadear a partir de nossa luta e de nossa esperança de que "um outro mundo é possível".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ali, Tariq. "Au nom du choc de civilisations". **Le Monde Diplomatique**. Paris, out., 2001, p. 18.

Arendt, Hannah. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 2001.

Ash, Timothy Garton. "O nascimento do Pós-Ocidente" (entrevista a José Galis Filho). **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 9 de janeiro de 2005, Cad. Mais!, p. 4-5.

Bauman, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

Borón, Atílio. **Império & imperialismo: una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri**. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), 2004.

Castillo, Monique. **A paz: razão de Estado e sabedoria das nações**. Trad. de Maria Tereza Pontes. Rio de Janeiro, Difel, 2001.

Chomsky, Noam. "L'autisme de l'Empire". **Le Monde Diplomatique**. Paris, mai., 2004.

Fukuyama, Francis. "Marx mon amour". **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 1º de agosto de 2004, Cad. Mais!, p. 5.

Gorz, André. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. Trad. de Ana Montoia. São Paulo, Annablume, 2003.

Habermas, Jürgen. "Le concept du le 11 septembre" (entrevista a Giovanna Borradori. **Le Monde Diplomatique**. Paris, fev., 2004, p. 17.

Hall, Stuart. "A questão multicultural". In _____. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Trad. de Adelaine La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Brasília, Representação da Unesco no Brasil, 2003.

CEAS 218_miolo.p65 27 27.09.05, 14:33

Hardt, Michael e Negri, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro, Record, 2001.
____ e ____. **Multitude: war and democracy in the age of Empire**. New York, The Penguin Press, 2004.
Holloway, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. Trad. de Emir Sader. São Paulo, Viramundo, 2003.
Huntington, Samuel. (entrevista). **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 7 de março de 2004, Cad. Mais!, p. 8.
Jacoby, Russell. **O fim da utopia: política e cultura na era da apatia**. Rio de Janeiro, Record, 1999.
Lipovetsky, Gilles. **A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Lisboa, Relógio D'Água, 1989.
Orwell, George. **1984**. Trad. de Wilson Velloso. São Paulo, Companhia Editora Nacional, s.d.
Vernant, Jean-Pierre. "A sociedade total". **Folha de S. Paulo**. Trad. de Clara Allain. São Paulo, 8 de agosto de 2004, Cad. Mais!

** Carlos Geraldo (Gey) D'Andrea Espinheira é sociólogo, doutor em sociologia (Universidade de São Paulo), professor do Programa da Pós-Graduação e da Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisador associado ao Centro de Recursos Humanos (CRH/UFBA) e membro da direção do Instituto de Estudo e Ação pela Paz com Justiça Social (Iapaz). Do mesmo Autor, ver "Mal-estar na baianidade: perdas e danos" (**Cadernos do CEAS**, 200: 79-98. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, jul.-ago., 2002). [gey.e@terra.com.br]*

CEAS 218_miolo.p65 28 27.09.05, 14:33